



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N.º 3.668 DE 12 DE MARÇO DE 1.999

“Dispõe sobre a concessão administrativa de uso das áreas de uso comum do Loteamento Colinas do Mosteiro de Itaici - Gleba I, em favor do Condomínio Recanto das Flores.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante contrato, outorgar, em favor do Condomínio Recanto das Flores, a concessão administrativa de uso das áreas de uso comum do Loteamento Colinas do Mosteiro de Itaici, pertencentes ao Município, consistentes dos 137.220 m² de suas vias públicas e dos 126.282 m² do seu Sistema de Recreio, totalizando a área de 263.502 m², devidamente caracterizados no projeto do loteamento que é objeto da Matrícula nº 283 do Cartório de Registro de Imóveis de Indaiatuba.

Art. 2.º - A concessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo anterior vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos.

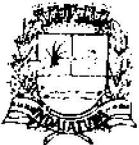
Art. 3.º - A concessionária ficará obrigada, no uso dos imóveis a que se refere o artigo 1.º desta lei, a:

I - não alterar a destinação das vias públicas e do sistema de recreio, utilizando as primeiras e cuidando para que sejam utilizadas exclusivamente para o trânsito de veículos e pessoas, e o segundo exclusivamente para o lazer das pessoas que transitam pelas vias públicas do loteamento;

II - promover a vigilância interna, permanentemente, em benefícios dos moradores e proprietários do Loteamento;

III - executar em todas as áreas que integram as vias públicas do Loteamento Colinas do Mosteiro de Itaici - Gleba I, às suas expensas, os seguintes serviços:

- a) sinalização horizontal e vertical de segurança de trânsito, conforme disposto no artigo 88 da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1.997; e
 - b) arborização.
- 



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

IV - manter e conservar, às suas expensas, as ruas de acesso aos lotes e às áreas de uso comum do Loteamento, cuidando de sua limpeza, da sua arborização e do seu bom aspecto;

V - cuidar da manutenção, da conservação e dos reparos, às suas custas, dos equipamentos urbanos de uso comum existentes e daqueles que vierem a ser implantados pela concessionária no loteamento;

VI - manter limpas e conservar, às suas expensas, as áreas do sistema de recreio do Loteamento, disciplinando o uso das mesmas pelos moradores, visitantes e proprietários de lotes do Loteamento;

VII - promover a coleta e remoção do lixo domiciliar de todas as edificações existente e das que venham a ser construídas no Loteamento;

VIII - zelar e cuidar para que todos zelem pela conservação da mata virgem e dos recursos hídricos existentes no Sistema de Recreio do Loteamento, conforme laudo técnico que deverá fazer parte integrante do futuro contrato administrativo e que demonstre o atual estado de conservação de mata virgem e dos recursos hídricos existentes no Sistema de Recreio do Loteamento.

§ 1º - A concessionária poderá utilizar-se, para a remoção do lixo ao seu destino final, do serviço de coleta de lixo centralizada, mediante pagamento da taxa prevista no § 3º do artigo 172 do Código Tributário Municipal (Lei 1.284 de 20/12/1.973).

§ 2º - A obrigação prevista no inciso IV deste artigo, em trechos de vias públicas cuja pavimentação tenha sido contratada pela Prefeitura Municipal com os proprietários de lotes e ainda não tenha sido executada, será assumida pela Concessionária assim que aquela concluir as obras a que se refere o disposto no artigo 4º deste artigo.

§ 3º - Os serviços de manutenção da iluminação pública continuarão a cargo da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - A concessão administrativa de uso de que trata esta lei não impedirá a Prefeitura Municipal de concluir a execução da pavimentação asfáltica nas vias públicas do Loteamento, que contratou diretamente com os proprietários dos imóveis.

Art. 5º - Continuarão sujeitos ao lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano todas as chácaras particulares do Loteamento, ficando isentas desse tributos as áreas objeto da concessão administrativa de uso de que trata esta lei.

11



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 6º - A concessionária poderá construir portarias de controle de acesso às áreas objeto da concessão administrativa de uso de que trata esta lei, e outras edificações destinadas ao uso comum dos moradores, visitantes e proprietários de lotes do Loteamento, desde que os respectivos projetos sejam submetidos à aprovação da Prefeitura Municipal.

Art. 7º - A concessão de uso de que trata esta lei ficará automaticamente revogada, sujeitando-se a concessionária à devolução da posse das áreas de uso comum à Administração Municipal, com as benfeitorias nele construídas, sem direito a qualquer retenção ou indenização, nos casos de:

I - Não cumprimento de qualquer uma das obrigações previstas no artigo 3.º desta lei;

II - Dissolução da concessionária;

III - Uso do imóvel para fins lucrativos, mediante discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou convicção política;

IV - depredação dos recursos naturais existentes nas área objeto da concessão administrativa de uso de que trata esta lei;

V - inutilização dos recursos hídricos existentes no Loteamento.

Art. 8º - Fica dispensada a realização de concorrência pública para a concessão administrativa de uso de que trata esta lei.

Art. 9º - À concessão administrativa de uso de que trata esta lei não se aplicam os artigos 63 e 64 da Lei 3525 de 18 de março de 1.998.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 12 de março de 1.999.

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL